



**INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA À SAÚDE
DO FUNCIONALISMO**

Autarquia Municipal

Relatório Anual Exercício 2021



**INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA À SAÚDE
DO FUNCIONALISMO**
Autarquia Municipal

Notas Explicativas Exercício 2021

Sumário

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	4
2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	4
2.1.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4
2.2.	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	5
3.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
3.1	ESTOQUES.....	7
3.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS.....	7
3.3	DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	8
3.4	IMOBILIZADO	8
3.5	INTANGÍVEL.....	8
3.6	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C. PRAZO	9
3.7	PROVISÕES A CURTO PRAZO	9
3.8	PROVISÕES A LONGO PRAZO E DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	10
3.9	DEMAIS RESERVAS – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
3.10	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10
3.11	SALDO PATRIMONIAL	11
3.13	DÉFICIT FINANCEIRO	11
3.14	ATOS POTENCIAIS	11
4	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	11
4.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	11
4.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	12
4.1.2	REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	12
4.2	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12
4.2.1	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO - SERVIÇOS	12
4.2.2	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	12
4.2.3	DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS.....	13
4.2.4	CONTRIBUIÇÕES TRIBUTÁRIAS	13
4.2.5	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13
4.2.6	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES INTRA GOVERNAMENTAIS	13
•	RESUMO LOA – 2021	14
4.2.7	RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15



**INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA À SAÚDE
DO FUNCIONALISMO**
Autarquia Municipal

5	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	15
5.1	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	16
5.1.1	QUADRO DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	16
5.2	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	17
5.2.1	QUADRO DAS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	17
5.3	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO	18
5.4	DEMONSTRATIVO DA DIFERENÇA DOS FLUXOS DE CAIXA	18
6	BALANÇO FINANCEIRO	19
6.1	RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	20
7	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	20
7.1	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO EXERCÍCIO	20



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA O EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(EM REAIS)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Municipal de Previdência de São Bernardo do Campo, autarquia municipal criada pela Lei nº 1.258, de 16 de novembro de 1964, e regulamentada pela Lei nº 1.429-A, de 30 de junho de 1966, com as alterações introduzidas pelas leis municipais consolidadas na Lei nº 4.831 de 22 de dezembro de 1999, alterada pela Lei municipal nº 5.078 de 05 de setembro de 2002, Lei Municipal nº 6.414 de 17 de setembro de 2015, Lei Municipal nº 6.735 de 06 de dezembro de 2018 e Lei 6.906 de 02 de julho de 2020, passou a denominar-se **Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo - IMASF** com a finalidade de prestar assistência médico-hospitalar e serviços afins aos seus beneficiários.

Por força da Lei Municipal nº. 6.977 de 1º de julho de 2021¹, regulamentada pelo Decreto nº. 21.818 de 16 de dezembro de 2021², o Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo – IMASF, foi extinto em 31 de dezembro de 2021, devendo ser o seu Patrimônio transferido ao Município.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade, de forma gradativa, com as disposições contidas na Lei nº 4.320/64 consubstanciada; na Lei Municipal nº. 5078/2002; em outros atos legais relacionados à preparação das demonstrações financeiras

¹ <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-bernardo-do-campo/lei-ordinaria/2021/697/6977/lei-ordinaria-n-6977-2021-dispoe-sobre-autorizacao-legislativa-ao-poder-executivo-para-promover-a-extincao-do-instituto-municipal-de-assistencia-a-saude-do-funcionalismo-imasf-e-da-outras-providencias>

² <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-bernardo-do-campo/decreto/2021/2182/21818/decreto-n-21818-2021-dispoe-sobre-a-regulamentacao-da-lei-municipal-n-6977-de-1-de-julho-de-2021-que-autorizou-o-poder-executivo-a-promover-a-extincao-do-instituto-municipal-de-assistencia-a-saude-do-funcionalismo-imasf-e-da-outras-providencias>

do Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo – IMASF e no Plano de Contas e diretrizes do Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP.

A execução do orçamento do exercício de 2021, bem como os demais eventos contábeis, foram realizados em consonância com as Normas e Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, bem como aos demais dispositivos legais a seguir relacionados e suas respectivas alterações:

- Lei Federal nº. 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública
- Lei Complementar nº. 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018
- Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018
- Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Setor Público e V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- O Decreto Municipal nº 21.402, de 17 de dezembro de 2020 estimou a receita e fixou a despesa desta Autarquia, para o exercício financeiro de 2021.
- Resolução 2016/NBCTSPEC que aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação da Informação Contábil no Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade.

2.2. Principais práticas contábeis

a) As aplicações financeiras compostas por fundos de investimentos de renda fixa foram resgatadas e, juntamente com o saldo de Equivalentes de Caixa, foram transferidas para o Município nos termos do art. 2º da Lei 6.977 de 2021;

b) Bens Móveis e Imóveis: Os bens móveis e intangíveis estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, com base em avaliação patrimonial e registro de ajuste feitos em julho/2015, sendo depreciados parcialmente e inventariados/atualizados

quantitativamente em 19/11/2021 pela Aksum Group, às fls. 717/721 Processo Digital nº. 1084/2021-74 e MO 045695/2021-55, e quanto aos bens Imóveis foram reavaliados e depreciados com base em laudo de Reavaliação de 14 de dezembro de 2018, PC 395/2018. A transferência dos imóveis foi realizada conforme Lei Municipal 6977/2021 e instruções específicas registradas em processo administrativo digital MO 042193/2021-00, com a assinatura das escrituras feitas em 14 de dezembro de 2021.

c) Valores em Circulação – Estoques: Representados pelo saldo dos estoques de materiais de consumo e limpeza à data da entrega física do imóvel à Secretaria de Administração, em 14 de dezembro de 2021 e registrado em Ofício GDS 178/2021 ao Gabinete do Sr. Secretário de Administração. A fiscalização e acompanhamento dos bens móveis e bens de consumo à época entregues na data mencionada acima, foram feitas pelo Grupo de Trabalho conforme Resolução Conjunta SA/SS/IMASF nº. 18 de 21 de dezembro da 2021.

d) Receita Orçamentária: A receita orçamentária está representada por receitas patrimoniais, receitas de serviços, outras receitas correntes, e receitas correntes intraorçamentárias;

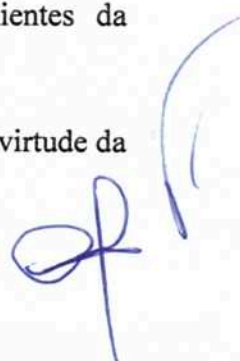
e) Despesa Orçamentária: A despesa orçamentária está demonstrada por despesas administrativas, despesas de custeio e transferências correntes.

f) O registro, sob a ótica orçamentária, foi executado em regime misto, em obediência ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerando como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores.

g) As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

h) Durante a execução orçamentária foram criados créditos adicionais suplementares, utilizados para fins da emissão de Nota de Empenho de Despesas Médico Hospitalares Ofertadas aos Beneficiários e Despesas Administrativas, provenientes da Anulação Parcial de Outras Dotações.

i) O saldo das despesas empenhadas e não liquidadas foi estornado em virtude da extinção da Entidade.



j) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, aplicáveis as entidades do setor público e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP.

3.1 ESTOQUES

Títulos	31/12/2021	31/12/2020
Almoxarifado	23.743	29.153
Mats. de Acondicionamento e Embalagens	9.256	10.532
Total	32.999	39.685

Os bens de Almoxarifado e Materiais de Acondicionamento e Embalagens (material de consumo destinado ao expediente administrativo) foram avaliados pelo preço médio.

3.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, em títulos CVS oriundos da novação dos créditos caucionados junto ao FCVS em favor do FGTS, para fins de pagamento da dívida consolidada e renegociada, conforme parágrafos primeiro e quarto da Cláusula Terceira do Contrato de Consolidação e Renegociação da Dívida. De acordo com o parágrafo primeiro da Cláusula Quinta – Das Garantias Correlatas, o IMASF fica obrigado a iniciar, acompanhar e a

concluir o processo de novação os créditos, até a emissão dos títulos pelo Tesouro Nacional caucionados à CEF, que até esta data não foram emitidos. A CEF não calcula o valor atualizado e por falta de fundamento legal, deixou-se de efetuar atualizações. Ressalta-se que consta em tramite na Justiça Federal, a ação judicial nº 5000338-54.2020.4.03.6114, proposta pelo IMASF em face da Caixa Econômica Federal, a qual objetiva o encontro de contas para solução da respectiva pendência.

3.3 DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES

Saldo recuperado do SANTOS CREDIT YIELD FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, administrado pela INDIGO DTVM LTDA.

3.4 IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção. Os bens móveis foram reavaliados a valor justo, pela Comissão de Patrimônio, no ano de 2015, deduzido da depreciação (parcial) calculada pelo Método linear, também conhecido como das cotas constantes, com base nas taxas mencionadas na Tabela de Vida Útil e Residual da STN, levando em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27)). Os bens Imóveis foram reavaliados e depreciados com base em laudo de Reavaliação de 14 de dezembro de 2018, PC 395/2018. A transferência dos imóveis foi realizada conforme Lei Municipal 6977/2021 e instruções específicas registradas em processo administrativo digital MO 042193/2021-00, com a assinatura das escrituras feitas em 14 de dezembro de 2021.

3.5 INTANGÍVEL

Referem-se aos softwares desenvolvidos e as licenças de uso de softwares adquiridas pelo IMASF, são parte integrante dos ativos da Autarquia e sua posse e utilização foram naturalmente transferidas para a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, sob acompanhamento, à época, do DTI, conforme determinado pelo Gabinete da Secretaria de Administração.

3.6 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A C. PRAZO

Títulos	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores Não Parcelados	15.492.940	27.666.997
Contas Não Parceladas a Pagar	58.259	
Total	15.551.199	27.666.997

O Montante de Fornecedores “Não Parcelados”, referem-se às Notas Fiscais da Rede D’or São Luiz S/A., provisionadas em obediência ao Princípio da Competência, em processo judicial, sub-rogado para o Município.

As contas não parceladas a pagar, referem-se a contas de utilização de Serviços Públicos, Pasep e Contribuições patronais ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS, em obediência ao Princípio da Competência a serem quitadas pelo Município.

3.7 PROVISÕES A CURTO PRAZO

Referem-se a Provisões Para Indenizações de Processos Cíveis e Trabalhistas.

Títulos	31/12/2021	31/12/2020
Outros Consignatários		444.853
Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF		36.910
Imposto Serviços Qualquer Natureza-ISSQN		1.760
Depósitos e Cauções não Judiciais	25.909	3.190.143
Total	25.909	3.673.666

3.8 PROVISÕES A LONGO PRAZO E DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

Títulos	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Indenizações Trabalhistas	78.714	78.714
Provisão para Indenizações Cíveis	3.158.085	3.158.085
Dívida Imobiliária junto à CEF	16.226.550	15.454.929
Total	19.463.349	18.691.728

A Dívida Imobiliária junto à Caixa Econômica Federal provém do contrato de financiamento imobiliário firmado com o antigo Banco Nacional da Habitação – BNH, contrato este, de consolidação e renegociação da Dívida de Empréstimo, com Cessão de Direitos Creditórios em Garantia e outras avenças. A CEF, na qualidade de Agente Operador, e o IMASF, na qualidade de Agente Financeiro, dispõem que a dívida poderá ser quitada em espécie ou em outros títulos CVS, oriundos da novação de caucionados junto ao FCVS em favor do FGTS. A posição da dívida é mensalmente calculada pela CEF e está atualizada até 31/07/2021. Ressalta-se que consta em tramite judicial o processo 5000338-54.2020.4.03.6114, que versa sobre o encontro de contas para solução da respectiva pendência, e que está sendo acompanhado pela Procuradoria Geral do Município.

3.9 DEMAIS RESERVAS – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Corresponde ao Fundo Institucional RF – Reserva Lei Municipal 5.078/02 com baixa e transferência dos recursos ao Município face a extinção da Entidade.

3.10 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valor referente à Despesa Extra Orçamentária ao PFGB-GREEN LINE, contabilizado indevidamente como Despesa Orçamentária em exercício anterior.

3.11 SALDO PATRIMONIAL

Apurado no quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, pela diferença negativa entre ambos, no montante de R\$ 4.046.540,99 e segundo os termos da Lei 4.320/64, foi provocado pelo acúmulo de sucessivos déficits de exercícios anteriores.

3.13 DÉFICIT FINANCEIRO

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

3.14 ATOS POTENCIAIS

Todos os Atos Potenciais, representados por Contratos, foram encerrados e os de interesse contínuo, sub-rogados para gestão pelo Município.

4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

4.1 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Neste Grupo estão contempladas as Contribuições arrecadadas e as contabilizadas como Créditos a Receber em 2021, em conformidade com o Princípio da Competência.

4.1.1 EXPLORAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS

Títulos	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Comercializ. de Prods. Farmacs.	1.144	1.185
Contribuições Assistenciais	58.228.746	77.580.676
Contribuições Patronais	23.662.259	38.104.833
Contribuições ao PFGB	20.913.493	23.706.522
TOTAL	102.805.642	139.393.216

4.1.2 REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS

Pela regularização dos Saldos das Provisões para Riscos e Provisão para Perdas em Aplicações Financeiras junto ao Fundo Santos Credit Yield.

4.2 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

4.2.1 USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO - SERVIÇOS

Destas, referem-se à Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais o valor de R\$ 97.926.472,90, pelo regime de Competência.

4.2.2 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS



Referem-se à atualização da Dívida Imobiliária junto à Caixa Econômica Federal proveniente do contrato de financiamento imobiliário firmado com o antigo Banco Nacional da Habitação – BNH.

4.2.3 DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Relativo a Baixa de Bens do Ativo Imobilizado considerados inservíveis pela Aksum Group conforme laudo – Processo Digital 1084/2021.

4.2.4 CONTRIBUIÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem se as Contribuições ao PASEP provisionadas pelo regime de competência.

4.2.5 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas são provenientes de Reembolsos Médico-hospitalares.

4.2.6 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES INTRA GOVERNAMENTAIS

Repasses Financeiros	EXERCÍCIO	
	Corrente	Anterior
Recebidos da PMSBC	9.000.000	26.000.000
<i>Repastes Concedidos:</i>		
à PMSBC	32.091.208	
ao SBCPREV	4.334.656	5.498.089
<i>Total de Repastes Concedidos</i>	<i>36.425.864</i>	<i>5.498.089</i>
Repastes Líquidos	(27.425.864)	20.501.911

Destaca-se que em função de significativa insuficiência financeira, nos exercícios de 2020 e 2021, foram necessários Repasses/Aportes Financeiro, realizados pela Administração Direta.

A LOA DE 2021, peça orçamentária contendo a previsão de receitas e despesas, para o exercício de 2021, elaborada em agosto de 2020, com base nas receitas e despesas de 2020 (PANDEMIA), já apresentava Déficit Orçamentário, no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões), espelhando assim, a dependência financeira da Autarquia, quanto aos aportes recebidos da Administração Direta, conforme quadro a seguir;

• **RESUMO LOA – 2021**

RESUMO LOA 2021			
Receitas Correntes	107.653.000	Despesas Correntes	179.353.000
Rec. Intraorçamentária	63.213.000	Desp Intraorçamentária	1.075.000
Receitas de Capital	1.000	Despesas de Capital	187.000
Sub-total (A)	170.867.000	Sub-total (B)	180.615.000
Transf. Financeiras PMSBC	15.000.000	Transf. Financeiras SBCPREV	5.252.000
TOTAL	185.867.000	TOTAL	185.867.000
Déficit Orçamentario (B-A)			(9.748.000)
Déficit - LOA 2021			(15.000.000)

4.2.7 RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

Do confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas com as Diminutivas apurou-se um Déficit de R\$ 34.287.190,42. Deste, R\$ 23.091.207,98, correspondem a transferências líquidas (R\$ 32.091.207,98 – R\$ 9.000.000,00), feitas em favor do Município, por força da Lei nº. 6.977 de 01 de julho de 2021 que dispõe sobre autorização legislativa ao Poder Executivo para promover a extinção do Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo (IMASF). Com a finalização do IMASF, Bens, direitos e obrigações foram transferidos para a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo como descrito abaixo:

SALDOS DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES TRANSFERIDOS AO MUNICÍPIO EM 2021			
ATIVO CIRCULANTE	32.124.207	PASSIVO CIRCULANTE	15.793.874
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.091.207,98	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	15.551.199,87
Estoques	32.999,28	Provisões a Curto Prazo	216.765,26
		Demais Obrigações a Curto Prazo	25.908,63
ATIVO NÃO CIRCULANTE	31.177.683,09	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	19.463.349,60
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.236.857,73	Demais Obrigações a Longo Prazo	16.226.549,85
Créditos a Longo Prazo / Empréstimos e Financiamentos Concedidos	15.236.857,73	Provisões a Longo Prazo	3.236.799,75
Investimentos	824.588,04		
Demais Investimentos Permanentes	824.588,04		
Imobilizado	15.114.802,54		
Bens Móveis	552.999,99		
Bens Imóveis	15.010.164,19		
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(448.361,64)		
Intangível	1.434,78		
Softwares	1.434,78		
TOTAL	63.301.890,35	TOTAL	35.257.223,36

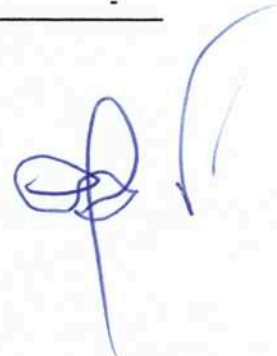
5 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas, o saldo da dotação e as inscritas em Restos a Pagar não Processados.

5.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Patrimoniais	480.000	480.000	1.726.212	1.246.212
Exploração Patrimônio Imobiliário	240.000	240.000		(240.000)
Receitas De Valores Mobiliários	240.000	240.000	1.446.107	1.206.107
Demais Receitas Patrimoniais			280.105	280.105
Receitas De Serviços	107.153.000	107.153.000	58.236.724	(48.916.276)
Outras Receitas Correntes	20.000	20.000	1.716	(18.284)
Total Receitas Correntes	107.653.000	107.653.000	59.964.652	(47.688.348)
Alienação De Bens	1.000	1.000		(1.000)
Alienação De Bens Móveis				-
Total Receitas de Capital	1.000	1.000	-	(1.000)
Total Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	107.654.000	107.654.000	59.964.652	(47.689.348)
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	63.213.000	63.213.000	52.118.878	(11.094.122)
Total Das Receitas (III)	170.867.000	170.867.000	112.083.529	(58.783.471)
Déficit (IV)	9.748.000	9.748.000	-	
Total (V) = (III + IV)	180.615.000	180.615.000	112.083.529	
Saldos Exercícios Anteriores(Util. Creds. Adics.)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura De Créditos Adicionais	-	-	-	-

5.1.1 QUADRO DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS



RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas de Serviços-Contrib.Patronal	63.213.000	63.213.000	52.118.878	(11.094.122,00)

5.2 DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i=e-f)	Inscr RP Não Process (j=f-g)
Pessoal e Encargos Sociais	3.969.000	4.569.000	3.585.953	3.585.953	3.585.953	983.047	-
Juros e Encargos Da Dívida	1.000	1.000				1.000	-
Outras Despesas Correntes	175.383.000	174.648.000	99.153.258	99.153.258	99.153.258	75.494.742	-
Despesas Correntes	179.353.000	179.218.000	102.739.211	102.739.211	102.739.211	76.478.789	-
Investimentos	187.000	187.000				187.000	-
Inversões Financeiras							-
Despesas De Capital	187.000	187.000				187.000	-
Total Despesas (EXCETO INTRA)	179.540.000	179.405.000	102.739.211	102.739.211	102.739.211	76.665.789	-
Despesas (Intraorçamentárias) (VI)	1.075.000	1.210.000	992.309	992.309	992.309	217.691	-
Total Das Despesas (VII)	180.615.000	180.615.000	103.731.520	103.731.520	103.731.520	76.883.480	-
Amortização Da Dívida Com Refinanciamento (IX)							-
Subtotal C/ Refinanc (X)=(VII+IX)	180.615.000	180.615.000	103.731.520	103.731.520	103.731.520	76.883.480	-
Superávit(XI)			8.352.009				-
Total (XII)=(X+XI)	180.615.000	180.615.000	112.083.529	103.731.520	103.731.520	76.883.480	-

5.2.1 QUADRO DAS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS



Despesas Intraorçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i=e-f)	Inscr RP Não Process (j=f-g)
Obrigações Patronais	610.000	745.000	620.311	620.311	620.311	124.689	-
Outras Despesas Correntes	465.000	465.000	371.998	371.998	371.998	93.002	-
Total	1.075.000	1.210.000	992.309	992.309	992.309	217.691	-

5.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO

O resultado Orçamentário no exercício de 2021, foi superavitário no montante de R\$ 8.352.009,19, calculado pela diferença positiva entre as Receitas Realizadas, e as Despesas Empenhadas.

5.4 DEMONSTRATIVO DA DIFERENÇA DOS FLUXOS DE CAIXA



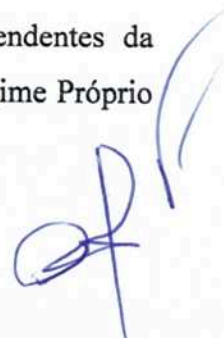
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(40.147.989,17)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA(I)	(40.147.989,17)
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	
RECEITA REALIZADA	112.083.529,48
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS	103.731.520,29
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	18.727.906,99
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA(II)	(10.375.897,80)
DIFERENÇA(III) = (I) - (II)	(29.772.091,37)
DEMONSTRAÇÃO DA DIFERENÇA	
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS (DFC)	88.231.466,13
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS (DFC)	118.003.557,50
TOTAL	(29.772.091,37)

6 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício e compõe um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas. Ambas são Ordinárias de Fonte de Recursos (FR) 04 – Administração Indireta e Destinação de Recurso (DDR/CA) 100/110 - Geral
- b. os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;
- c. as transferências financeiras concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, referentes aos aportes de recursos para o Regime Próprio de Previdência Social-RPPS e para o Município.



- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.
- e. as transferências financeiras recebidas da PMSBC, a título de aportes financeiros.

6.1 RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O resultado Financeiro do exercício de 2021 foi negativo em R\$ 40.147.989,17, representado pelo saldo de Caixa em 31/12/2021 igual a “ZERO” menos o Saldo em 31/12/2020 de R\$ 40.147.989,17, sendo parte deste resultado gerado pelas transferências financeiras (Item 4.2.6) concedidos ao Município, por determinação da Lei 6.977 de 01 de julho de 202, em função da extinção da Entidade.

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

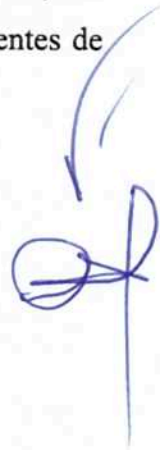
O objetivo da Demonstração do Fluxo de Caixa é a de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, bem como o Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa em Espécie para o exercício seguinte e do exercício anterior.

7.1 GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO EXERCÍCIO

No exercício de 2021 a geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi negativa de R\$ 40.147.989,17, pois do Saldo Inicial que era de R\$ 40.147.989,17 foram utilizados R\$ 8.056.781,19 nas atividades operacionais e o saldo restante de R\$ 32.091.207,98, foi transferido para o Município, por determinação da Lei 6.977 de 01 de julho de 202, em função da extinção da Entidade, formando assim o saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa igual a “0” (ZERO).

BALANÇO FINANCEIRO



SALDO EM ESPÉCIE P/O EXERCÍCIO SEGUINTE	-
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	40.147.989,17
= RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	(40.147.989,17)

RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA	112.083.529,48
(+) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.000.000,00
(+) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	79.231.466,13
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	103.731.520,29
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.334.656,84
(-) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	132.396.807,65
= RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	(40.147.989,17)



ALESSANDRA L. M. BASTOS

Responsável pela Área Contábil
Resolução SA/SF 17/2021



MARIO GONZAGA DA SILVA

Contador
ISP119729/O-8